

ENTREVISTA COM CELINA VARGAS DO AMARAL PEIXOTO

AN INTERVIEW WITH CELINA VARGAS DO AMARAL PEIXOTO

Socióloga com curso de doutorado pela Sorbonne, Celina Vargas do Amaral Peixoto foi fundadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e diretora-geral do Arquivo Nacional entre 1980 e 1990.

Acervo. *Celina, poderíamos começar com você falando um pouco da sua trajetória anterior ao CPDOC, comentando sobre a sua formação, como você se envolveu com a área de arquivos, com a área de documentos.*

Celina Vargas. Eu me formei em sociologia na PUC, em 1966. Fiz curso de mestrado no IUPERJ até 1970 e depois fui para a França e pleiteei o doutorado. Fiz cursos na Sciences Po, Fondation Nationale des Sciences Politiques, e também me inscrevi para fazer o de Paris V, com François Bourricaud. Havia entre os alunos uma informação de que se poderia fazer o doutorado com um ano de cursos e a Science Po exigia pelo menos dois anos. Como eu não sabia quantos anos iria poder ficar fora do Brasil, me inscrevi nos dois cursos.

Acervo. *Os jovens, em geral, são muito ambiciosos – dois doutorados.*

Celina Vargas. Paralelamente a isso, eu visitava o Arquivo Nacional da França com o objetivo de me informar. Cheguei a fazer um curso com Mme. Suzanne D’Huart, que era a responsável pela área de arquivos privados. Quando fui para a França, já tinha a certeza de que a minha família tinha uma questão a resolver, um destino institucional a ser dado ao acervo Vargas: o acervo de Getúlio Vargas, presidente da República que governou o país por 19 anos e que entregou esta responsabilidade a minha mãe, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que era a filha com a qual tinha mais afinidade e identidade. Getúlio Vargas entregou em vida a sua biblioteca e o seu arquivo, portanto a sua memória, para que ela guardasse e preservasse. É claro que este assunto era motivo de muita preocupação. Nossa família vivia e convivia com

uma documentação muito rica, livros, filmes, fotos, de um período que, nos anos setenta, durante o regime militar, se queria esquecer. Então, vocês podem imaginar o problema que nós tínhamos para guardar, manter e resolver.

Acervo. *Você falou na Alzirinha... O interessante é que a questão do acesso já existia, antes mesmo da documentação ser passada ao CPDOC. Sua mãe dava acesso à documentação...*

Celina Vargas. Minha mãe organizou alguns documentos de 1930 a 1945, principalmente a correspondência entre Getúlio e alguns dos homens da Revolução de 1930: Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, João Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, entre outros. Ela organizou a correspondência em ordem cronológica, em pastas que ela carregava como se fosse um tesouro. Quando nos mudamos, e eu naquela época tinha um filho pequeno, ela me disse: “eu fico com o seu filho e você vai com o meu filho, o arquivo”, e eu tive que dormir com o arquivo de Getúlio Vargas. Para ela, os documentos de Getúlio Vargas eram a coisa mais preciosa que ela tinha.

Acervo. *Mas já se tinha uma perspectiva de que isso era importante e de que as pessoas deveriam ter acesso.*

Celina Vargas. Alzira tinha a certeza de que aquela era uma documentação importantíssima para se resgatar a memória de Getúlio Vargas. Estávamos vivendo os anos de 1970, mais precisamente em 1973, em pleno governo Médici. Sempre tivemos a certeza de que a nossa casa poderia ser invadida a qualquer momento. Tivemos experiências muito delicadas, logo após a morte de Getúlio. No período que se sucedeu à sua morte, nos governos conturbados de Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos na Presidência da República, dormíamos com pessoas com metralhadoras dentro de nossa casa. Os militares queriam tomar o governo em 1954. O suicídio de Getúlio, nesta data, adia, por dez anos, o Golpe Militar de 1964. O suicídio de Getúlio foi um ato pessoal e político muito forte. E nossa família teve que arcar com isso.

Acervo. *Então, você começou a visitar o Arquivo Nacional da França...*

Celina Vargas. Paralelamente aos cursos de doutorado, comecei a ter aulas com Mme. D’Huart. Depois das aulas, iniciei uma conversa. Expliquei qual era a responsabilidade de nossa família. Eu tinha a consciência de que minha mãe tinha idade (avançada, 56 anos), e, quando eu voltasse, teríamos que tomar uma decisão. E a decisão tinha que ser dela. Mas precisávamos pensar numa solução. Alzira dava acesso aos documentos que ela havia organizado, mas eles representavam uma pequena parcela do acervo completo de Getúlio Vargas. Ainda tinha muito material espalhado na casa de familiares, de amigos, de ex-funcionários do Palácio do Catete, pessoas da confiança de Getúlio. O acervo é tão rico que o diário vai aparecer muitas décadas depois. Alzira dava acesso aos pesquisadores brasileiros e aos chamados “brasilianistas”, na casa dela. Ela abria, entregava, conferia cada uma das pastas. Muitos fizeram pesquisa em nossa casa: Hélio Silva, Luciano Martins, Frank McCann, Stanley Hilton e muitos outros.

Acervo. *Não só brasilianistas...*

Celina Vargas. O Hélio Silva tinha direitos especiais. Ele foi o principal divulgador dos documentos de Getúlio das pastas organizadas por Alzira. Ela entregava a ele uma pasta de cada vez e quando ele devolvia, recebia a seguinte. Eles tinham uma forte amizade. Lembro-me de uma cena que me marcou. Eram seis pesquisadores trabalhando em sua sala de jantar. Tinham quatro brasilianistas e dois brasileiros. Obviamente, os brasilianistas tinham mais recursos, mais capacidade de chegar até ao acervo Vargas. E os brasileiros estavam sempre em minoria. E tinham menos recursos para trabalhar, para desenvolver as suas pesquisas. O Hélio Silva conseguiu fazer isto com recursos próprios, mas tinha uma vida monástica. O Luciano Martins era professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E os outros brasileiros, como iriam ter acesso ao acervo Vargas? Além da injustiça, pura e simplesmente, havia a necessidade de se pensar na pesquisa em ciências sociais, de dispor de um centro de reflexão sobre a história do Brasil e as ciências sociais no Brasil. Esta era uma preocupação minha, muito forte.

Acervo. *É isso que começa a gerar a ideia do CPDOC. Você percebia a necessidade de se utilizar mais fontes para pesquisa, principalmente de arquivos privados?*

Celina Vargas. Com certeza. O curso de sociologia da PUC foi um bom curso. Tive professores excelentes: Manoel Maurício, Cândido Mendes, Hélio Jaguaribe, padre Ávila. Eram pensadores, não eram só professores. Como alunos, poderíamos discordar, mas todos tinham pensamento próprio. E havia, também, os professores recém-chegados e formados nos Estados Unidos como Bolívar Lamounier, Amaury de Souza, César Guimarães e Wanderley Guilherme. Uns deram aula na PUC, outros no IUPERJ e outros davam cursos clandestinos, paralelos. Nós frequentávamos todos os cursos. Mas havia a percepção de que tudo aquilo era insuficiente. Na verdade, havia uma teoria clássica, com um viés europeu ou um viés americano, mas havia um desconhecimento do Brasil, conhecíamos uma cronologia da história. Usando um termo da sociologia, a informação não era cruzada, a teoria ficava de um lado e o dado bruto de outro.

Acervo. *Grandes historiadores, não estou questionando a qualidade deles, mas muito comumente recorriam exageradamente a fontes secundárias ou, então, a fontes primárias publicadas, basicamente relatos.*

Celina Vargas. O próprio livro do Thomas Skidmore, que é o livro mais abrangente do período posterior à Revolução de 1930, *Brasil, de Getúlio a Castelo*, foi publicado em 1969 e é fundamentado somente em fontes secundárias. Boa parte dos livros escritos na USP, neste período, sustentava suas pesquisas e teses em fontes secundárias ou, então, em pesquisas específicas sobre um enfoque determinado com fontes primárias. Mas é preciso tocar num problema fundamental: nessa época, as fontes primárias não estavam disponíveis para os pesquisadores.

Acervo. *Um grande grupo de pensadores nessa época usa poucas fontes e muita elaboração teórica em cima de poucas fontes. Problemas de acesso à documentação pública? Você acha*

que isso tinha a ver? De um lado uma documentação pública com problemas de acesso, de outro...

Celina Vargas. Não havia o hábito de pesquisar com fontes. O Arquivo Nacional era fechado. No final dos anos 60, eu confesso que não sabia da existência do Arquivo Nacional como uma instituição de pesquisa. Antes de ir para a França, fiz um trabalho de pesquisa, encomendado pelo prof. Luciano Martins para a sua tese de doutorado de Estado na Sorbonne, que foi financiado pela FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Entrei pelo CEBRAP, como se fosse uma pesquisadora associada, e ia a São Paulo para prestar contas do andamento da pesquisa e para pegar orientação. O prof. Luciano havia me encomendado o processo decisório da criação do BNDES. E como fonte de pesquisa, usei arquivos e entrevistas com pessoas que tinham sido atores importantes desse processo. Fui entrevistar e pesquisar: o arquivo do Ministério da Fazenda, o de José Soares Maciel Filho, o de Cleantho Paiva Leite e um pouco a documentação de Getúlio que estava disponível, mas não tinha muito coisa. A minha grande fonte para a realização desse estudo foi a importante biblioteca do Ministério da Fazenda; eram mais livros que arquivos. Portanto, o trabalho realizado foi mais sustentado em livros, entrevistas e poucos documentos. Comecei a sentir falta de informação primária para se entender e compreender o país. E cheguei à França com esse estudo feito para ser entregue ao prof. Luciano Martins que já estava morando em Paris.

Acervo. *Quando você está na França, percebe alguma instituição com esse caráter, mais ligado a arquivos privados?*

Celina Vargas. Não, na verdade ainda não via a necessidade da busca de uma instituição. Preocupava-me muito mais a forma como iria ser organizado o arquivo Vargas. Comecei procurando cursos para aumentar o meu conhecimento e tirar as minhas dúvidas. Foi aí que conheci o Arquivo Nacional da França. Li no jornal os cursos que estavam sendo oferecidos. Fui fazer curso na área de arquivos privados. Foi nesse momento que conheci a Mme. Suzanne D'Huart. E fui fazer cursos com ela. Não resolvi todos os meus problemas, mas fiquei com uma ideia mais precisa de como se trabalhava um arquivo privado, respeitando a cronologia, associando os fundos com o código da pessoa, com as suas iniciais etc. Eram muito detalhes. Nada tinha de institucional, só organizacional.

Acervo. *Havia outras pessoas fazendo esses cursos na ocasião?*

Celina Vargas. Tinham franceses, europeus, africanos...

Acervo. *É interessante como um curso desses vai ter tanta influência...*

Celina Vargas. Como já disse, o curso tirou as minhas dúvidas organizacionais, mas do ponto de vista institucional nada me acrescentou. Eu pesquisava também nos arquivos privados da Sciences Po, que era uma escola privada. Mas não podia dedicar muito tempo a esse assunto, pois havia a pressão dos cursos do doutorado que eu não podia perder, além da curiosidade que tínhamos como jovens de conhecer e assistir palestras dos grandes da época: Raymond

Aron, Alain Tourraine, Poulantzas etc. E tinha os professores nacionais, alguns exilados e vivendo em Paris: Celso Furtado, Maria Yedda Linhares, Fernando Henrique Cardoso. Era um período muito rico e se vivia com muita intensidade, o Brasil e o mundo.

Acervo. *Você está falando basicamente de 1970?*

Celina Vargas. Estou falando de 1970 a 1972.

Acervo. *Quando você retorna?*

Celina Vargas. Eu já tinha um pressentimento que não poderia ficar muito tempo fora do Brasil. Minha família me chamou de volta em 1972.

Acervo. *E você já vem com uma ideia de criar alguma coisa assim...*

Celina Vargas. Em 1972, voltando para o Brasil, a vida se modificou completamente. A tese foi para o espaço, nem a de mestrado, nem a de doutorado. Voltei a morar com os meus pais: no quarto ao lado, ficava a parte organizada do arquivo Vargas, com documentos e álbuns de fotografia por todos os lados.

Acervo. *Aí você volta e se aproxima da Fundação Getúlio Vargas?*

Celina Vargas. Não, o processo não foi tão simples assim. Vocês precisam entrevistar a Lúcia Lippi. Lúcia foi minha colega de faculdade. Nós estudamos juntas no mestrado, tínhamos um grupo de estudo, que lia Althusser, Poulantzas etc. Além de estudarmos e discutirmos em grupo, tínhamos a preocupação permanente com o estudo da “realidade brasileira”. Saímos da faculdade sem vermos um só documento, um dado concreto para fazer pesquisa. A Lúcia Lippi tinha ficado no Brasil com essa preocupação. Quando voltamos, logo retomamos o grupo. No início, discutíamos dentro de casa, com meus pais e o Hélio Silva, uma solução institucional para o arquivo de Getúlio Vargas. Eu dava continuidade ao doutorado em São Paulo, na USP. Fui aluna do Francisco Weffort, e conversava com o Fernando Henrique. Em São Paulo, havia muitas informações diferenciadas daquelas existentes no Rio de Janeiro. Fernando Henrique, naquela ocasião, fazia parte do grupo que estava organizando a Fundação Lasar Segall e me deu toda a documentação sobre a qual estava trabalhando para criar uma instituição autônoma e independente. Se a Fundação Lasar Segall teria melhores condições de sobrevivência pela venda e reprodução de seu acervo, esta não seria a melhor opção para o acervo Vargas, mesmo porque não tínhamos recursos para a manutenção de uma instituição de pesquisa. Pensamos nas instituições disponíveis naquele momento no Rio de Janeiro: a universidade pública, a Faculdade Cândido Mendes e a Fundação Getúlio Vargas. O Hélio Silva tinha um contato maior com a Faculdade Cândido Mendes e optou por criar lá um centro de pesquisa. Nossa família não acompanhou esta decisão. Restavam as outras duas possibilidades: a universidade ou a Fundação Getúlio Vargas. A opção pela universidade brasileira ou uma instituição do governo brasileiro, foi logo descartada. Estávamos nos anos de 1970, mais precisamente em 1973, e Getúlio Vargas não era uma *persona grata* no centro do governo brasileiro. Restou a opção pela Fundação Getúlio Vargas.

Acervo. *Havia já uma aproximação de natureza quase familiar com o Luiz Simões Lopes.*

Celina Vargas. E aí a questão da Fundação. Não vou dizer que não foi opção familiar. Minha mãe não estava tranquila. Ela doou com reticências.

Acervo. *Ela doou a coisa mais preciosa que tinha.*

Celina Vargas. Alzira escreve uma carta a Simões Lopes (ver página seguinte), em 14 de julho de 1973, dizendo que “depois de muito meditar sobre o assunto e, confesso, a princípio com certa relutância, cheguei à conclusão de que a Fundação Getúlio Vargas, tão hábil e dignamente dirigida por V. Exa., seria a melhor depositária do acervo de documentos pertencentes a meu pai que ainda se acham em meu poder. [...] A guisa de sugestão, [...] lembro que existem esparsos em todo o país ou guardados em arcas familiares centenas de papéis importantes para a reconstituição histórica de um período altamente valioso na vida de nosso Brasil, rico em acontecimentos e repleto de vultos eminentes”. O dr. Luiz Simões Lopes foi sempre uma pessoa muito correta com a minha mãe e com a nossa família nos momentos mais difíceis da nossa trajetória. A presença dele sempre nos deu muita segurança. O CPDOC foi criado a partir do entendimento inicial havido entre Alzira e Simões Lopes, porque esta carta já foi escrita depois da criação do CPDOC, em junho de 1973.

Ela coloca a existência do arquivo. Ela faz uma provocação a ele e ele diz que faria tudo o que ela quisesse, como ela quisesse, da maneira que ela quisesse e me convidava para dirigir. De alguma forma, era uma segurança para ela.

Acervo. *Você já vinha com essa ideia da pesquisa e da documentação. Você tinha um modelo definido?*

Celina Vargas. Sim, eu já tinha uma reflexão sobre a necessidade de associar a documentação com a pesquisa.

Acervo. *Mas você ainda não tinha nenhum modelo do que você queria? Você já conhecia a experiência das bibliotecas presidenciais dos Estados Unidos?*

Celina Vargas. Não, ainda não. Foi depois. Já havia estudado, já tinha tido acesso à documentação. Era algo parecido com uma biblioteca presidencial. Só que minha mãe tinha isso muito claro, na carta inclusive ela diz isso: era para ser um arquivo não de Getúlio Vargas, mas um arquivo do tempo de Getúlio Vargas. Na carta ela diz isso.

Acervo. *O que era uma visão de somar coisas... Outras pessoas ligadas ao Getúlio também tinham arquivos.*

Celina Vargas. No início do CPDOC eu vivia ao lado de um motorista de caminhão, sentada na boleia recolhendo arquivos. E conversando com pessoas as mais interessantes. Conheci ou aprofundei o conhecimento de pessoas muito ricas e interessantes. Da família de Oswaldo Aranha, Gustavo Capanema, Cordeiro de Farias, Juracy Magalhães, Etelvino Lins e muitos outros. O ministro Gustavo Capanema tinha um apartamento alugado no Flamengo só para

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1973.

Exmo. Sr.
Dr. Luiz Simões Lopes
Fundação Getúlio Vargas
Praia de Botafogo, 190
20.000 - Rio de Janeiro-GB.

Prezado amigo
Luiz Simões Lopes,

Depois de muito meditar sobre o assunto e, confesso-o, a princípio com certa relutância cheguei à conclusão de que a Fundação Getúlio Vargas, tão hábil e dignamente dirigida por V.Exa., seria a melhor depositária do acervo de documentos pertencentes a meu pai que ainda se acham em meu poder. Guardá-los com o mesmo zelo e carinho com que os organizei e classifiquei seria cometer uma grande injustiça para com aquela geração soberba de homens e mulheres que surgiram em decorrência dos acontecimentos de 1930. Se alguns vultos diminuem e apesqueçam-se à luz fria das palavras escritas, outros crescem e se agigantam sob o impacto das dificuldades das vicissitudes, dos obstáculos encontrados.

Embora nunca me tenha negado a proporcionar aos estudiosos de nossa história o manuseio desses papéis sou a primeira a reconhecer que são inúmeros os impecilhos que dificultam o acesso a esse farto documentário. Colocando-os ao alcance das vistas dos interessados, creio estar colaborando melhor para o esclarecimento das gerações presentes e futuras do que guardando-os em meu poder. Não foram pequenas as dificuldades que tive de enfrentar para mantê-los intactos tais como me foram entregues por Getúlio Vargas, como bem o sabe. Não repito isso com o intuito de valorizar a presente doação e sim para dar a mim mesma a extensão do sacrifício que me imponho ao desfazer-me de meu precioso arquivo em benefício do futuro dos estudiosos. Sabedora de que o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, recentemente criado destina-se a: recaber e selar pelos documentos sob sua guarda e pô-los ao alcance dos pesquisadores, venho por meio desta fazer-lhe a entrega dos documentos e papéis pertencentes a Getúlio Vargas.

Quero reafirmar que esta doação não poderá ser contestada por quem quer que seja, visto que, por desejo de meu pai e depois por consenso de minha mãe e meus irmãos, eles me pertencem de fato e de direito.

A guisa de sugestão, mais do que uma decorrên-cia desta entrega, lembro que existem esparsos em todo o país ou guardados em arca familiares centenas de papéis importantes para a reconstituição histórica de um período altamente valioso na vida de nosso Brasil, rico em acontecimentos e repleto de vultos eminentes.

Cordialmente,

guardar papel. Enorme. Eu fiquei fascinada, emocionada. Experiências de vida excepcionais. Saí da casa do dr. Oswaldo com um caminhão de papel, na boleia do caminhão. Ele já tinha falecido. O caminhão partindo de dentro da sua casa. Entrei na Fundação, ao lado do motorista, com o caminhão e os arquivos.

Acervo. *O exercício da vida acaba gerando arquivos. Mas os arquivos dessas pessoas são muito maiores que isso, com uma variedade incrível de materiais. Você acha que tinha uma consciência de homem público?*

Celina Vargas. Na verdade, no início do século XX, o principal meio de comunicação entre as pessoas era a forma escrita. Por outro lado, estamos falando de uma elite política muito bem formada, inteligente, preparada e que sabia escrever o português. O telefone como meio de comunicação ainda era precário e perigoso. Getúlio Vargas não usava telefone e isto está bem registrado nos livros e no folclore da família. Podia ser que não gostasse do instrumento, mas tinha a certeza de que tudo que pudesse falar por este instrumento poderia ser gravado. Ele escrevia e escrevia muito. Por exemplo, ainda tem uma documentação inédita: uma troca de cartas entre Getúlio e Alzira do período em que ele estava exilado, na Fazenda do Itu, em São Borja, de 1945 a 1950. As cartas estão no CPDOC e são aproximadamente três caixas compactas de cartas entre os dois. Eu penso que o escritor Lira Neto deve estar debruçado sobre este material para escrever o terceiro volume de sua biografia. Getúlio começou a articular a sua volta ao poder no primeiro dia em que chegou à Fazenda do Itu exilado. É uma documentação inédita e foi uma das primeiras entregues por minha mãe ao CPDOC, mas nunca foi pesquisada ou divulgada.

Acervo. *Essa documentação está no CPDOC?*

Celina Vargas. Cartas escritas entre Getúlio Vargas, deposto e exilado, para sua filha, que morava no Rio de Janeiro e que ele considerava “uma parte da minha alma”. Essas cartas só poderiam seguir em mãos e em mãos muito seguras que transitavam do Rio para São Borja e vice-versa. Eles não usavam os Correios ou outros meios de comunicação públicos. Tinham que aguardar a disponibilidade de um portador para chegar a São Borja, que fica no extremo oeste do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina. Imagina o valor que essa correspondência tem para se compreender melhor o nosso país num período muito pouco estudado?

Acervo. *Por que será que as pessoas, além de produzir, guardam tanto papel? Por que elas guardariam o papel? Essa consciência é tão grande?*

Celina Vargas. Depois de ter lido boa parte do Arquivo de Getúlio Vargas, o diário no manuscrito por diversas vezes e alguma literatura sobre o seu período de governo, tenho condições de afirmar que ele tinha a consciência precisa de que entrou na vida pública para transformar o Brasil com o custo da sua vida. Durante uma determinada campanha eleitoral, começaram a chamar Getúlio Vargas de populista. Fiquei indignada e escrevi um artigo que teve alguma repercussão. Como chamar um homem público de populista quando, em 19 anos de governo, consegue

transformar o Brasil que, antes da Revolução de 1930, vivia de plantar e exportar café, usava mão de obra escrava ou semiescrava e os governantes se alternavam entre as oligarquias de São Paulo e as de Minas Gerais, na chamada política do café com leite. Quando Getúlio Vargas morre, em 1954, o Brasil tinha uma indústria de base produzindo aço, minério, petróleo, um banco de investimento, uma administração pública organizada que valorizava o sistema do mérito e a legislação trabalhista que garantiu os direitos civis e sociais para a população trabalhadora do país.

Acervo. *A organização da administração foi muito elogiada inclusive...*

Celina Vargas. A criação do Ministério do Trabalho é o primeiro ato governamental da Revolução de 1930, e chegou a ser chamado de Ministério da Revolução. Os atos foram sendo lançados desde o início: salário mínimo, horário de trabalho, o direito a férias remuneradas, a carteira de trabalho, tudo isto foi sendo organizado até que, nos anos 40, se fez a Consolidação da Legislação Trabalhista, a CLT, conjunto de leis que garantiu e garante os direitos civis e sociais das pessoas que eram deles desprovidas. Foi com esta política e com a incorporação pelo Estado de pessoas com formação intelectual, engenheiros, advogados, através do sistema do mérito, que se criou uma burocracia inteligente e capaz para administrar o país que estava surgindo. Tive dois depoimentos do Celso Furtado e do Roberto Campos, pessoas com formações distintas e pontos de vista ideológicos completamente diferentes, que me asseguraram haver conseguido atingir a posição de destaque na esfera federal, porque foram concursados do DASP e, por este motivo, saindo um da Paraíba e outro do Mato Grosso, conseguiram fazer uma carreira bem-sucedida no governo federal.

Acervo. *É quando a classe média ingressa e profissionaliza a administração pública.*

Celina Vargas. O Brasil passa a ter uma presença muito maior. Há um projeto de país, um projeto de nação. Quando o Brasil declara guerra aos países do Eixo, apoiando os Aliados, o país se alça a um patamar de país desenvolvido. Provavelmente, ainda sem condições, mas o governo dá uma demonstração de força, demonstra ao mundo que estava brigando para ser um espaço geográfico mais relevante, tanto do ponto de vista nacional, como do internacional. Éramos um país do hemisfério sul que começa a dar demonstrações de uma posição: economia diversificada, legislação social avançada para a época, partidos políticos com programas de abrangência nacional e definição ideológica. O direito ao voto, o voto para as mulheres que antes não tinham este direito e eleições disputadíssimas, como foi a de 1950, quando Getúlio Vargas ganha as eleições numa campanha eleitoral intensa. Getúlio foi um homem público amado, mas também odiado. Neste momento, tenho a mesma percepção, os atores políticos da época tinham consciência que estavam fazendo história. Ninguém entrou ali sem saber o que estava fazendo.

Acervo. *E os documentos são a prova de que existia um projeto de país, um projeto de nação. Celina, você falava sobre essa questão do acervo... O Centro acaba tendo esse perfil duplo, de pesquisa e documentação, isso já era uma preocupação sua, mas isso acaba necessitando da constituição e formação de uma equipe. E também a própria criação de uma metodologia de*

tratamento de arquivos privados. Gostaríamos muito que você falasse sobre isso. Em que pesem os questionamentos, ninguém jamais poderá negar o papel inovador e de vanguarda do CPDOC.

Celina Vargas. Quando pensei na associação da documentação com a pesquisa em torno do acervo que estava sendo constituído, não tinha ideia do papel inovador da proposta. Estava mais preocupada com uma questão que vinha sendo colocada para a minha geração, desde os bancos universitários, que sempre deu demonstrações de querer estudar mais e melhor o nosso país para poder entendê-lo e até transformá-lo, mas isto faz parte da utopia. Com o CPDOC já constituído, tivemos a ajuda fundamental da Maria Amélia Migueis, que trabalhava na Casa de Rui Barbosa, mas era uma especialista com capacidade de entender esta nossa necessidade de associar a documentação com a pesquisa. Nós éramos todos muito jovens, pessoas recém-formadas em sociologia, ou história, em biblioteconomia, ou arquivologia. Corríamos o risco: poderia dar certo, como poderia também não dar. Procuramos e conversamos com muitos profissionais, mas a pessoa que mais se aproximou de um estudo metodológico importante para trabalhar em arquivo público e privado foi a Maria Amélia Migueis. Foi ela quem deu o formato às nossas necessidades. Nós estudávamos muito, líamos, fazíamos seminários. Éramos muito disciplinados. Começamos fazendo seminários semanais sobre o conteúdo dos documentos. Dividíamos os documentos por grupos oligárquicos: Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul, os estados do Norte. A cronologia sempre presente e destas discussões começam a brotar a inovação. O livro de Ângela de Castro Gomes, *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*, é publicado em 1980. Começavam a surgir os primeiros frutos dos trabalhos de uma “convivência forçada de cientistas sociais com os arquivos, possibilitada pelo CPDOC”, como lembra José Murilo de Carvalho na orelha do livro... Aspásia teve um papel importante nisso. Maria Amélia Migueis...

Acervo. *Você estava falando de uma equipe inicial. Da Aspásia Camargo, da Lúcia Lippi, de você...*

Celina Vargas. E da Anita Murakami.

Acervo. *Anita era de biblioteconomia. São essas as primeiras pessoas que começam a trabalhar?*

Celina Vargas. Por um tempo fiquei sozinha, logo em seguida chamei a Ana Maria Murakami, Anita, que tinha sido minha aluna na UFF. Tinha dupla formação. Era bibliotecária, mas havia feito o curso de ciências sociais na UFF. A Fundação é uma excelente escola, aprendemos a fazer de tudo: projetos, controle de projetos, orçamentos, controle de gastos, aulas, exposições, conferências etc. Depois vieram a Lúcia Lippi, a Aspásia Camargo e a Alzira Abreu. O Dicionário era um projeto do Israel Beloch que o CPDOC incorporou. Procurávamos integrar a documentação e a pesquisa por temas. O tema relações internacionais ficou sob a coordenação do Gerson Moura. A questão do regionalismo coube a Aspásia Camargo, que coordenava a Pesquisa. A Lúcia Lippi desenvolveu o projeto da Brasileira, que se ocupava mais das fontes secundárias. Além do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, projeto do Israel Beloch. E, anos depois, o Programa de História Oral, que começou financiado pela Fundação Ford e pela sensibilidade do Richard Morse.

Acervo. *E, nesse processo, vocês estão aumentando a quantidade de arquivos. E ainda aprendendo a lidar com isso. Havia contratos... Conselho de Doadores... Isso dava um trabalho enorme.*

Celina Vargas. No início, foi um trabalho exaustivo. Tivemos que aprender a trabalhar e segurar uma instituição jovem na Fundação Getúlio Vargas que tinha uma forte tradição de ensino e pesquisa no campo da administração e da economia. Fácil não foi. A metodologia de associação da documentação com a pesquisa foi difícil de ser trabalhada. Levou algum tempo para o CPDOC começar a produzir, a publicar e a se projetar. Começamos produzindo bibliografias, guia de arquivos, cronologias. O CPDOC precisava de um tempo para amadurecer. Mas a produção intelectual do CPDOC foi importante: Aspásia Camargo, Ângela de Castro Gomes, Gerson Moura, Maria Celina d'Araújo, Lúcia Lippi, Helena Bomeny. O *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, os livros de depoimentos de história oral, como os de Oswaldo Cordeiro de Farias, Ernani do Amaral Peixoto e Ernesto Geisel.

Acervo. *Israel implantou um método de trabalho muito interessante. Quem passou por Israel, acabou criando um método de pesquisa. Quando o Dicionário saiu, demorou a sair... Foi impressionante!*

Celina Vargas. O Dicionário foi feito sem computador, naquela época ainda não existia. Israel Beloch tem muito mérito e muita disciplina para trabalhar. Eu me recordo e imagino que todos que tenham passado pelo grupo também devem se lembrar do texto escrito numa letra bem marcada e desenhada em papel almaço, nome por nome, biografia por biografia. E a coordenação de um trabalho de grupo por onde passaram muitas pessoas importantes. Quem trabalhou com o Israel deve lembrar muito bem deste tempo. O Dicionário foi uma escola. Quando o trabalho acabou, e o Israel tomou a decisão de sair do CPDOC, disse-lhe que tinha todo o direito de, no futuro, só trabalhar com amenidades, coisas leves, porque o Dicionário tinha exigido um grande esforço. Um trabalho que desenvolveu uma metodologia própria, o tempo de abrangência era amplo e o simples fato de não ter tido um instrumento como um computador para auxiliar no ato de escrever, corrigir e rever um texto, hoje, seria inadmissível.

Acervo. *Essa metodologia de pesquisa é muito interessante, mas tem também toda a metodologia de tratamento da documentação, que foi muito interessante. O CPDOC lança guia, quando praticamente ninguém falava em guia...*

Celina Vargas. Sim, no CPDOC começamos publicando bibliografias, guias, cronologias. Foi um tempo necessário para a equipe se formar, amadurecer e começar a escrever e publicar. Éramos todos muito jovens, tanto no início do CPDOC, como no trabalho iniciado no Arquivo Nacional, em 1980. Teve a Célia Camargo, Maria Odila Kahl Fonseca e tantos outros...

Acervo. *Muitos anos depois, é como a experiência do Guia de África: a quantidade de monitores do projeto que foi alçada a diretor de arquivo... Como aquilo ajudou a formar uma geração!*

Celina Vargas. No Brasil, não valorizamos a experiência do fazer, do realizar, do trabalhar. Você estuda, se forma e, a partir disto, acha que já está pronto para trabalhar. O fazer, o realizar é uma

questão muito americana, e eu acho que aprendi lá. Estudei dois anos nos Estados Unidos. Criança ainda. E você é obrigada, desde cedo, a aprender a fazer, a realizar, a produzir.

Acervo. *A produzir algo que sirva para alguma coisa...*

Celina Vargas. E eu acho que isso foi muito bem associado lá.

Acervo. *É, até para conseguir estágio, ainda era muito difícil trabalhar aqui. Agora que criamos o CPDOC, estamos quase chegando ao Arquivo Nacional. Como você se aproximou do Arquivo Nacional? Tanto pelo convite quanto pela visão que você tinha do Arquivo. Alguns arquivos privados eram muito grandes, paradigmáticos mesmo, como o arquivo do Gustavo Capanema, Getúlio Vargas, mas quando você chega ao Arquivo Nacional, as dimensões eram muito maiores – você ressaltava os quilômetros que o Arquivo Nacional tinha que identificar.*

Celina Vargas. Eu devo dizer que sabia que o trabalho no Arquivo Nacional envolvendo políticas públicas seria relevante, mas não podia imaginar a gravidade da situação que nós encontramos. Neste ponto, devo dizer que fui ingênua. E devo afirmar que a situação que encontramos foi de abandono, de descaso de uma instituição pública com uma função tão nobre. Pensava que os problemas seriam mais fáceis de resolver, mais simples. Depois que tomei conhecimento da gravidade dos problemas, me recordo que fiz uma lista com os principais itens, cada um era mais complicado e mais difícil que o outro. Vou tentar me lembrar de alguns: mudança do prédio, recursos humanos para trabalhar, recursos financeiros, legislação nacional para os arquivos, recolher a documentação que estava nos ministérios, conservação e preservação, restauração de papel e outros suportes, a situação do Arquivo Nacional em Brasília, os arquivos independentes dos Ministérios das Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica, os arquivos estaduais, os arquivos municipais, enfim, uma enormidade de problemas complexos.

Acervo. *Como você entra nessa história? Você foi ingênua e quem foi o esperto?*

Celina Vargas. Eu tenho a impressão que o esperto dessa história chama-se ministro Golbery do Couto e Silva, o chefe do Gabinete Civil, também considerado um dos arquitetos da reabertura democrática. Enquanto ele ficou no governo, até agosto de 1981, como diretora do Arquivo Nacional tinha acesso direto a ele, e o que era mais importante da instituição discutia com ele. Enquanto estive no governo, conseguimos encaminhar muitas coisas. Depois que o ministro Golbery deixou o governo e foi substituído pelo ministro João Leitão de Abreu, continuei despachando as principais questões do Arquivo Nacional na Presidência da República.

Acervo. *Mas quem te convidou?*

Celina Vargas. O ministro da Justiça Ibrahim Abi Ackel.

Acervo. *Você já tinha vindo ao Arquivo Nacional, visitado o Arquivo Nacional, encontrado com o Raul Lima, logo depois de criado o CPDOC.*

Celina Vargas. Eu estava na direção do CPDOC fazia alguns anos e já sabia da importância do Arquivo Nacional, mas não tinha a dimensão dos problemas. Acho que nem as pessoas que me convidaram em Brasília sabiam da gravidade da situação. Eu acho que o CPDOC começou a ganhar notoriedade, pela novidade que a instituição estava apresentando no campo da documentação e da pesquisa. A Fundação Getúlio Vargas pressionava todas as suas unidades para buscarem recursos visando à sua sustentação. Fomos obrigados a procurar em Brasília recursos nos ministérios, para fazermos trabalhos de pesquisa histórica, que já era o nosso campo de especialização. Houve uma aproximação com o Ministério da Agricultura, na gestão do ministro Alison Paulinelli, e conseguimos recursos para trabalhos de levantamento da sua história. Logo depois, houve um pedido do Ministério da Justiça para fazermos o mesmo tipo de levantamento da sua história.

Acervo. *O CPDOC também chamava a atenção.*

Celina Vargas. Sim. Na ocasião, o CPDOC estava na mídia, era uma novidade. E tinha obviamente uma questão política. Nesse momento de abertura, meu pai, Ernani do Amaral Peixoto, era senador pelo MDB e vice-presidente do Senado e vinha conversando com o então senador Petrônio Portella pela ARENA e presidente do Senado. Depois das reuniões da Mesa do Senado, Petrônio e Amaral Peixoto tomavam um cafezinho e o tema principal era a redemocratização. Logo depois, Petrônio Portella foi indicado para o Ministério da Justiça e assumiu em 15 de março de 1979, falecendo, inesperadamente, em janeiro de 1980 e substituído, no governo do presidente Figueiredo, pelo ministro Ibrahim Abi Ackel.

Acervo. *Você é convidada, e aceita.*

Celina Vargas. O ministro Abi Ackel me chama a Brasília e faz o convite. E eu coloquei a necessidade de ajuda governamental para que o Arquivo Nacional pudesse dispor de recursos financeiros para a modernização do seu quadro de pessoal. Já imaginava um convênio com a Fundação Getúlio Vargas, que possuía grande experiência no campo da administração e associado ao conhecimento do CPDOC poderia ajudar e muito a instituição.

Acervo. *Você já tinha clareza desses três problemas?*

Celina Vargas. A questão básica era a de recursos humanos. Durante alguns meses, pedi muito ao ministro, mas a solução não vinha. Então eu resolvi aceitar o convite para assumir a Direção-Geral do Arquivo Nacional.

Acervo. *Naquela época o diretor era o Raul Lima. Você tinha algum contato?*

Celina Vargas. Eu conversava mais com José Honório Rodrigues.

Acervo. *José Honório fez uma série de críticas... José Honório vinha daquela tentativa de modernização no final da década de 1950... Que ele fez e de modo bastante interessante.*

Celina Vargas. José Honório era muito inteligente. Como já disse, acabei aceitando, sem os recursos prometidos. O convênio era necessário porque a administração pública federal só

admitia pessoal em casos extremos e só iríamos realizar algum trabalho se tivesse uma equipe com formação universitária e disposta a enfrentar o desafio. Mas procurei deixar claro nos discursos de posse, tanto em Brasília, como no Rio de Janeiro, que a situação era complicada. Conversei muito com o dr. Luiz Simões Lopes, presidente da Fundação Getúlio Vargas, e que tinha sido o criador do DASP no governo Vargas: “O convênio tem que ser com a Fundação. Preciso de respaldo, inclusive de interlocução. Não sei o que vou encontrar”. O dr. Simões sabia como estava a administração pública no país e compreendia a importância da modernização do Arquivo Nacional. Depois de muito trabalho em Brasília, saiu o convênio, somente em 1981.

Acervo. *Você chega em 1980 e o convênio sai em 1981.*

Celina Vargas. Mas a verdade sobre a situação do Arquivo Nacional, com uma visão técnica, eu tive por ocasião da visita de Charles Kecskeméti, secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos, ao Brasil. Era recém-nomeada diretora. Já estava programada uma reunião latino-americana no Ministério das Relações Exteriores. Deve ter sido uma reunião da ALA, Associação Latino-Americana de Arquivos. Era uma discussão temática sobre educação em arquivos. Acho que estavam o José Manuel Matta Castillon, diretor do Arquivo Nacional da Espanha, e outros diretores de Arquivos Nacionais da América Latina. Com o Charles Kecskeméti foi empatia à primeira vista. Ele disse: “Você quer ajuda?” Eu respondi que sim imediatamente. Imagina uma pessoa com a experiência dele. Seria fundamental para identificar os principais problemas do Arquivo. “Eu fico no Brasil por mais dois dias, vejo o Arquivo Nacional e te faço um relatório”. Eu já não podia andar muito porque estava com uma gravidez adiantada. Fiquei esperando no escritório. Ele passou dois dias andando pelo Arquivo Nacional. Depois do segundo dia, entrou no meu escritório e disse: “É a pior situação de arquivo nacional no mundo”. Eu comecei a sentir contrações. “Primeiro, depois dos arquivos europeus, o Arquivo Nacional do Brasil é o mais importante no hemisfério sul porque tem acervo de uma parte da história da Europa, da Ásia, da África e da própria América Latina”. E depois: “Não tem prédio adequado, não tem lei que dê autoridade à instituição e não tem pessoal qualificado”. O relatório dele deve estar aí e para a instituição foi muito importante. Passei a usá-lo como argumento para os problemas que tinha que enfrentar junto ao governo. “Você tem que trabalhar essas três questões com muita energia porque é um problema. Sabe o que é isso? Um descaso do governo brasileiro”. Foi nesse momento que eu tomei conhecimento do real problema do Arquivo Nacional. Eu aceitei o convite ingenuamente, pensando que era uma situação grave, não tinha ilusões que seria um problema de fácil solução. Mas não tinha ideia da gravidade do problema. Mas como não sou mulher de rejeitar problemas, trabalhei, trabalhei muito durante dez anos. Durante os dois dias que o Kecskeméti pôde ficar no Arquivo, ele fez gratuitamente um diagnóstico que o país não conhecia. Portanto, a gravidade da situação do Arquivo Nacional do Brasil foi diagnosticada por um estrangeiro, um técnico especialista em arquivos, o secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos.

Acervo. *Você já tinha conseguido formar uma pequena equipe?*

Celina Vargas. Como diretora eu só podia nomear três pessoas; eu tinha direito a três DAS. Entrou a Tereza Sussekind Rocha, responsável pela Administração, a Mariza Motta, para a Assessoria de Gabinete, e eu acho que o Aurélio Wander Bastos começou a trabalhar numa assessoria focada no assunto da legislação. Mais tarde, entra a Célia Camargo do CPDOC, para coordenar o convênio do Ministério da Justiça com a Fundação Getúlio Vargas, e a Maria Amélia Migueis. Ambas começaram a trabalhar em 1981.

Acervo. *Então, ele aponta os problemas. Mas, até aquele momento, você não tinha nenhuma perspectiva de solução. A não ser conseguir o tal do prédio que se pleiteava desde o início. A questão de pessoal talvez fosse a mais complicada.*

Celina Vargas. A questão do pessoal começou a ser resolvida em 1981, com a assinatura do convênio entre o Ministério da Justiça e a FGV. A lei estava começando a ser estudada pelo prof. Aurélio Wander Bastos que montou um grupo de estudo dentro do Arquivo Nacional. O prédio eu pedia uma solução para o ministro Golbery do Couto e Silva, no Gabinete Civil, porque comecei logo a entender que a solução deste problema extrapolava o âmbito do Ministério da Justiça. Afinal, ele era o homem mais poderoso do governo Figueiredo, do presidente João Baptista Figueiredo. Ele tinha o maior interesse no Arquivo Nacional. Ele tinha a exata noção do que o Arquivo representava para o país. Foi a minha grande ajuda no início da minha gestão. E ele pode ter sido um dos homens que mais articulou contra Getúlio. Ele fazia parte da inteligência militar. Foi um dos artífices da Revolução de 1964. Eu não falava de política com ele. Nem ele conversava, nem eu falava nada além das questões do Arquivo Nacional. Foi o ministro Golbery quem me sugeriu o caminho para resolvermos a questão do prédio. Inicialmente, me propôs o prédio da UNE na praia do Flamengo, logo depois o Hospital São Francisco de Assis, na Presidente Vargas. Os dois prédios eram pequenos para a dimensão do espaço necessário para se recolher os documentos que estavam perdidos dentro dos ministérios. Argumentei: “tem que ser um prédio maior. Tem que ser um prédio grande. Nós temos muitos documentos a recolher para entendermos melhor o nosso país. Não pode ser uma coisa acanhada!”. Eu já conhecia o Arquivo Nacional dos Estados Unidos. Já tinha visitado o Arquivo Nacional da França. E cada vez que eu viajava para as reuniões internacionais, o Kecskeméti me dava um roteiro para eu cumprir. Foi assim que conheci os arquivos da Alemanha, Espanha, Itália, Inglaterra. Eu visitava todas as instituições de arquivos para aprender. Quando voltava ao Brasil, ficava arrasada. Mas foi, mais uma vez, o ministro Golbery quem me apresentou ao Aloísio Magalhães, que, na época, era o secretário da Cultura do Ministério da Educação e Cultura. Não tinha ainda o Ministério da Cultura. O ministro Golbery me deu o contato do Aloísio Magalhães. Eu fui almoçar com ele num restaurante na Cidade. No caderno espiralado que eu sempre carregava, o Aloísio Magalhães fez um desenho [Celina reproduz o desenho, uma planta baixa dos prédios existentes no terreno da então Casa da Moeda], mostrando que o prédio mais adequado para abrigar o Arquivo Nacional era o desta repartição, que estava sendo transferida para uma instalação mais moderna fora do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Como ele havia feito um trabalho nesta instituição, conhecia todo o espaço e foi localizando o auditório, uma sala de exposição, o gabinete da

Direção, a praça. Identificou, também, num prédio em forma de U, a melhor colocação para as estantes dos arquivos, os laboratórios, a microfilmagem, a restauração etc. Ele tinha a noção perfeita do prédio; era um artista plástico. Eu não conhecia o prédio, nem nunca tinha entrado, assim ele fez o desenho para mim. “Sabe que prédio é esse? É o prédio da Casa da Moeda. É este o prédio para o Arquivo Nacional”. Logo depois, o Aloísio Magalhães morreu, em 1982. Eu estava na Europa, numa das reuniões do Conselho Internacional de Arquivos, e o Brasil havia começado a participar de um conselho onde participavam os principais diretores de Arquivos Nacionais do hemisfério norte. Acho que foi a Regina Wanderley quem me ligou e me deu a notícia. “Celina, você vai ter um choque. Se prepara: o Aloísio Magalhães morreu”. E o Golbery tinha acabado de sair do governo e eu fiquei sem chão.

Acervo. *Quando ele morre, os contatos com a Casa da Moeda já tinham começado?*

Celina Vargas. Não recordo, só lembro que fui obrigada a trabalhar, argumentar, mostrar a importância do Arquivo Nacional para o país. E mais uma vez fui para a imprensa, falar, expor o meu ponto de vista. Foram momentos difíceis. Eu me recordo que o Arquivo Nacional participou de uma reunião em Brasília, tendo o Ministério da Justiça ao seu lado, porque a ele era subordinado. Tinha o Ministério da Fazenda que representava não só a Casa da Moeda, assim como a Superintendência do Patrimônio da União, a quem estavam vinculados todos os prédios da União. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, subordinado ao Ministério da Cultura, porque se tratava de um prédio tombado. E a Casa Civil. Eram, portanto, cinco ministérios reunidos para se chegar a uma decisão que envolvia o patrimônio público. O presidente da Casa da Moeda estava presente, o comandante Brum, se não me falha a memória, e eu como diretora do Arquivo Nacional. Foi difícil!

Acervo. *A Casa da Moeda estava se preparando para mudar, não?*

Celina Vargas. A Casa da Moeda estava sendo construída em Santa Cruz.

Acervo. *Havia outros órgãos candidatos?*

Celina Vargas. De alguma forma o Arquivo Nacional conseguiu colocar a questão do prédio da antiga Casa da Moeda antes de qualquer outra instituição. Por este motivo, acho que saímos na frente. Na reunião dos cinco ministérios, o comandante Brum dizia: “A senhora tem ideia de que o ouro de Serra Pelada está sendo fundido num prédio da Casa da Moeda do Brasil?” “Que ótimo”, eu disse, e “os documentos da história do Brasil estão se perdendo: ouro por ouro, o meu também vale muito”. Essa reunião foi muito difícil, muito pesada. A burocracia do governo federal sempre teve visão muito estreita. Era muito difícil explicar como uma instituição como o Arquivo Nacional, praticamente desconhecida, pedia para a sua sede um prédio tombado que ocupava quase um quarteirão no Centro da cidade. As únicas pessoas que entenderam a necessidade do Arquivo, com inteligência e capacidade de implementação, foram o ministro Golbery e o Aloísio Magalhães. Depois da morte do Aloísio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o IPHAN – não ajudou o Arquivo; ao contrário, eles fizeram tudo para impedir que ficássemos com o prédio. Mas mesmo assim,

após muita negociação, houve uma troca de prédios públicos na cidade do Rio de Janeiro e o antigo prédio da Casa da Moeda que pertencera ao Ministério da Fazenda passa para o da Justiça e para o Arquivo Nacional. Foi uma grande vitória que conseguimos ainda durante a minha gestão, em 1985. Fiz um ato simbólico para exibir a mudança. Como o prédio antigo ficava de um lado da praça da República, atravessei a praça a pé e começamos a despachar no novo prédio e, mais do que isto, mantivemos a Sala de Consulta aberta sem que houvesse qualquer interrupção ou prejuízo para os usuários do Arquivo Nacional. Para toda a equipe foi um motivo de orgulho. Assim, durante a minha gestão, o Arquivo Nacional só conseguiu atravessar a praça da República, ou seja, conseguimos tomar posse do prédio que pertencia à Casa da Moeda, mas poucas obras foram feitas devido à insensibilidade governamental.

Na verdade, só foi possível fazer a obra da reforma arquitetônica, na gestão do Jaime Antunes, quando o ministro Pedro Parente, da Casa Civil, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, se encanta pelo Arquivo Nacional e pela capacidade que o seu pessoal demonstrou ao longo de suas várias visitas. O ministro Pedro Parente apadrinhou, no melhor sentido do termo, o Arquivo Nacional durante a gestão do Jaime Antunes e foi a sorte da instituição.

Acervo. *Continuava uma questão complicada, a propósito do convênio com a Fundação Getúlio Vargas. Um dos problemas havia sido conseguir pessoal; historicamente não tinha concurso há muito tempo. As pessoas não tinham formação para as áreas, para as frentes específicas que o Arquivo precisava. As pessoas que precisavam ser contratadas, tinham que ser formadas...*

Celina Vargas. Por incrível que pareça, este assunto não me assustava, já tinha tido a experiência bem-sucedida da formação de uma equipe no CPDOC. Quando é possível selecionar pessoas com boa formação universitária, interessadas em trabalhar e produzir, e sempre mesclando, uma formação de conteúdo com um estudo técnico só pode dar certo. Pela experiência dos arquivos reunidos no CPDOC, foi preciso selecionar pessoas com formação técnica, mas também conceitual, em história ou ciências sociais, que poderiam ter uma experiência complementada com cursos no exterior. Por este motivo, investimos tanto em formar pessoas no exterior. Cada vez que ia para as reuniões do Conselho Internacional de Arquivos, que variavam em diferentes países da Europa, principalmente, procurava fazer contatos para enviar os funcionários recém-admitidos e que estavam se destacando em alguma função. Uns foram fazer estágio, cursos, outros foram trabalhar em arquivos nacionais do mundo inteiro. Eu me lembro de ter contado, numa ocasião, sete pessoas estudando ou trabalhando fora: no Canadá, Alemanha, Espanha, França, Holanda ou Bélgica. Como sempre, estava atendendo aos conselhos do Charles Kecskeméti, que não deixava eu me esquecer: “Você tem que formar gente”.

Acervo. *Isso tem muito a ver com a presença do Conselho Internacional de Arquivos e começa com o Raul Lima, que faz a adesão ao CIA. Há uma história, e talvez você possa confirmá-la, de uma discussão que ocorreu numa reunião em que você estava presente, sobre projetos de modernização, quanto à possibilidade de se modernizar os arquivos nacionais. Discutia-se o caso do México, que estava muito em voga. E você teria se levantado e dito “e por que não investir no*

Brasil? O Brasil seria um caso exemplar". Nos anos de 1980, essa ideia do projeto de modernização tem algumas coisas interessantes. O Arquivo do México estava mudando de prédio...

Celina Vargas. Para uma penitenciária muito interessante. Eu fui lá...

Acervo. *No México, estavam fazendo muitas coisas: criando o sistema de arquivos, prédio, manuais para tratamento de documentos, guia... A gente achava tudo muito interessante. A Costa Rica, na mesma época, começou um processo de modernização, de construção de prédio... A Colômbia... Inclusive funcionava muito a relação do Arquivo Nacional do Brasil com o Conselho Internacional e provavelmente dos outros arquivos nacionais com o Conselho, assim como entre os arquivos nacionais, o Arquivo Nacional e os outros arquivos. Então, houve muito contato.*

Celina Vargas. O Brasil chegou a assumir a Presidência da ALA, Associação Latino-Americana de Arquivos. Deu muito trabalho, não só para mim, mas para toda a equipe e nós já tínhamos muito a fazer em nosso país, mas aceitamos para colaborar com o nosso continente. Era no Conselho Internacional de Arquivos que o Brasil conseguia mais ajuda. Muitos técnicos vieram ao Brasil: dos Estados Unidos, Frank Evans, Charles Dollar; da França, Michel Duchain, Madame Chaîne, Madame Fliedert; da Espanha, José Manuel Matta Castillon; da Itália, Salvatore Carbone; da Alemanha, Wolf Buchman... Em conversa com o Kecskeméti, falávamos muito em modernização institucional e eu tinha uma proposta sobre o tema. Não me recordo mais como surgiu dentro da Unesco uma concorrência para se fazer um projeto com o tema da modernização institucional. Quando surgiu este concurso fui avisada e apresentamos um projeto e o mandamos para a Unesco: um projeto de modernização institucional para o Arquivo Nacional do Brasil. "Pode ser interessante, não vai ser muito dinheiro, mas pode ajudar", me alertou o Kecskeméti. E o Arquivo Nacional apresentou o pedido.

Já havia me esquecido do projeto quando, um dia, recebemos um telegrama da Unesco que pedia ao governo brasileiro que confirmasse o interesse para que o Arquivo Nacional pudesse receber ajuda para o seu projeto de modernização institucional. Fiquei sozinha pensando: governo brasileiro? Vou ter de ligar para o ministro da Justiça? Vou ter que falar com a Presidência da República para saber se esta é uma decisão de governo? Mas será que o Arquivo Nacional não é o governo? Pensei mais e imaginei que, se não andasse rápido, um país vizinho estaria pronto para receber o dinheiro. Chamei a Mariza e juntas redigimos o telegrama: "Em nome do governo brasileiro, o Arquivo Nacional aceita receber ajuda para um projeto de modernização institucional da Unesco. Assinado: Celina Vargas do Amaral Peixoto, diretora-geral do Arquivo Nacional". Nesse dia eu me senti poderosa e ganhamos o recurso; não foi muito, mas ajudou em situações inesperadas.

Acervo. *Se fosse esperar...*

Celina Vargas. Não ia conseguir! Para ser bem honesta, o Arquivo Nacional recebeu pouca ajuda do Ministério da Justiça. Por incrível que pareça, havia uma ala moderna dentro do governo que apoiava as medidas inovadoras. Recebemos muita atenção do Ministério do Planejamento, na época do ministro Delfim Neto, que, associado ao grupo da Desburocrati-

zação, do ministro Hélio Beltrão, deu autonomia ao Arquivo Nacional. Foi o Heitor Chagas de Oliveira, que trabalhava no Planejamento, que entregou um documento pronto para obter a autonomia do Arquivo em relação ao Ministério da Justiça. Foi um início de rebelião. O Arquivo Nacional recebeu muita ajuda: da Fazenda, para conseguir recursos, e do Planejamento, na busca de sua modernização. O Ministério da Justiça sempre foi uma instituição burocratizada e com pouca capacidade de inovar. No Ministério da Cultura e no IPHAN havia mais uma competição, do que uma colaboração. A Casa Civil sempre ajudou o Arquivo Nacional. Eu diria que, durante o governo militar, foram a Casa Civil e os ministérios da Fazenda e do Planejamento, as instituições mais modernas e que ajudaram o Arquivo Nacional a se desenvolver.

Acervo. *A própria Unesco já oferecia umas ideias modernas. A ideia de um programa de modernização é assumida na América Latina pelo Conselho Internacional de Arquivos. A Unesco lança o projeto RAMP. O Conselho também ajuda, não só mandando gente para cá, como também concedendo bolsas para o exterior.*

Celina Vargas. Se Kecskeméti não tivesse identificado a gravidade da situação e ajudado a buscar soluções internacionais para apoiar o projeto brasileiro, provavelmente não teríamos conseguido modernizar o Arquivo. Se Aloísio Magalhães, com o seu conhecimento de artista plástico, não tivesse nos apontado uma solução arquitetônica para abrigar a instituição, provavelmente não teríamos recolhido a documentação produzida pela administração pública mais recente. Se Maria Amélia Migueis não tivesse estudado e encontrado uma metodologia capaz de nos auxiliar na organização, identificação e análise da documentação existente no Arquivo Nacional talvez não tivéssemos conseguido a excelência técnica da instituição. Foram pessoas emblemáticas para mim, mas muitos outros em torno deles foram fundamentais para conseguirmos transformar o Arquivo Nacional.

Acervo. *Queríamos discutir também os arquivos estaduais, uma das coisas concretas que você falava. O SINAR já existia na lei... Com aquela história de ser cabeça do sistema...*

Celina Vargas. Existia desde o tempo do Raul Lima.

Acervo. *E havia toda a relação com os arquivos estaduais e municipais.*

Celina Vargas. Eu viajava muito aos arquivos estaduais. Ao mesmo tempo em que o Arquivo Nacional tinha muitos problemas a resolver, nós também não deixamos de ajudar os outros arquivos, principalmente os estaduais. Partia do princípio que não poderíamos negar ajuda, pois de uma forma ou de outra, todos tinham mais ou menos o mesmo problema a resolver. O problema era sistemicamente nacional. Se divulgávamos, através de seminários, palestras, aberturas de eventos a gravidade da situação, era também para que as outras instituições tomassem consciência dos problemas e comesçassem a resolvê-los. Fui a São Paulo várias vezes, para ajudar em uma situação complicada do Arquivo do Estado de São Paulo que era muito importante para o país. Além de São Paulo, fui ao Rio Grande do Sul, ao Acre, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. E inúmeras vezes ao Distrito Federal, porque

estávamos sempre em Brasília. Mas toda a equipe viajava e prestava assistência técnica aos diferentes arquivos do país. Ao mesmo tempo, o Arquivo estava cheio de problemas, e não se furtava a prestar assistência técnica aos que precisavam. Fui sempre muito bem recebida. Nós colocávamos os problemas na rua. O Witter, de São Paulo, dizia: “Vem para cá. A diretora do Arquivo Nacional falando em São Paulo tem uma repercussão maior e o nosso Arquivo Público pode conseguir mais atenção das autoridades estaduais”.

Acervo. *E o projeto de lei?*

Celina Vargas. O projeto de lei. A primeira coisa que eu recebi através do Michel Duchein, do Arquivo da França, foram dois volumes de uma publicação, não sei se do Conselho Internacional de Arquivos ou da Unesco, com todas as leis de arquivo do mundo inteiro. Eu estudei muito aqueles livros. A pessoa indicada por Maria Amélia Migueis para ajudar na elaboração da lei foi o prof. Aurélio Wander Bastos, que era pesquisador da Casa de Rui Barbosa, de onde ela era diretora. E a Rosalina Corrêa de Araújo que veio depois. E começamos a estudar. Escrevemos muitos artigos, Aurélio e eu, sobre o assunto. Nosso objetivo não só era divulgar os problemas, mas também organizar as nossas ideias. Aurélio, com sua formação jurídica, deu uma enorme colaboração para esta lei. Eu percebia, também, que uma legislação passa necessariamente pela formação e estrutura do Estado nacional. Fazíamos mapas enormes das estruturas governamentais. Pegávamos o exemplo de um país centralizador e de outro com a administração pública descentralizada. E muitas vezes misturávamos com a nossa tradição ibérica, Espanha principalmente, porque já tinha um trabalho mais evoluído no campo dos arquivos, como a França e os Estados Unidos. Estudamos muito, escrevemos muito, somamos direito e sociologia e foi também o envolvimento de toda a equipe do Arquivo Nacional que, já mais madura, pôde colaborar com a redação final do texto da lei.

Acervo. *Quando tem aquela reunião da Conferência Nacional de Arquivos em Porto Alegre, quem comparece, quem vai ter uma discussão sobre isso, é o Nelson Jobim, que era da Comissão de Constituição e Justiça. Depois ele fica ministro. Há uma discussão pública sobre o projeto de lei e ele faz vários comentários. E aí você chamou para nos aproximarmos dele, para não perdermos essas discussões.*

Celina Vargas. A questão da lei sempre foi muito importante. A ideia era fortalecer os arquivos públicos do país. Sabíamos que muitos haviam sido destruídos. Sempre houve uma tendência no Brasil para o esquecimento e para a destruição de papéis comprobatórios. A lei era uma forma de conseguir uma proteção para mantê-los, salvá-los, preservá-los e colocá-los à disposição da pesquisa. Seja do interesse da história, do cidadão e do próprio Estado. Essa sempre foi a visão maior que o Arquivo Nacional tinha. A lei não tinha por objetivo dar poder ao Arquivo Nacional, mas seu objetivo sempre foi o de proteger a documentação e colocá-la disponível para a consulta. Mas pode ter sido uma boa ideia a de aproximar o Arquivo Nacional do Nelson Jobim porque depois ele foi ministro da Justiça e ajudou a instituição.

Acervo. *E permitir que as outras instituições exercessem um papel...*

Celina Vargas. Mais dinâmico. Somente fui conhecer o Arquivo do Itamaraty no final da minha gestão, no dia em que fizeram um almoço e o ministro Flecha de Lima, que era secretário-geral, me perguntou se eu conhecia o acervo. Nunca havia entrado no Arquivo do Itamaraty e já estava como diretora do Arquivo Nacional fazia uns oito anos. Tem um acervo fantástico e mapas maravilhosos. Também não havia entrado nos arquivos militares. Eles eram fechados até para a diretora do Arquivo Nacional do Brasil! Eu acho que a lei tinha um papel importante para democratizar a informação no Brasil. Eu lutei muito por ela, pela lei e por sua prática. Para que ela funcionasse. Que fosse regulamentada. Realmente não tive muita ajuda de pessoas de dentro do Ministério da Justiça.

Acervo. *Você acha que tinha a ver com o receio do Arquivo Nacional ganhar uma autonomia exagerada, ou passar para outro ministério? Porque havia discussões na época sobre qual a melhor posição do Arquivo Nacional, especialmente comparando com o National Archives americano.*

Celina Vargas. Na verdade, eu nunca escondi a minha opinião. Sempre achei que a posição certa para o Arquivo Nacional deveria ser uma subordinação à Presidência da República ou, no limite, à Casa Civil. Uma instituição que tem o poder de recolher, organizar e colocar à disposição da consulta o acervo produzido pela administração pública federal não pode ser subordinada a um ministério. Podia ser isto. Eu não sei. Eu trabalhei com cinco ministros: Ibrahim Abi Ackel, Fernando Lyra, Oscar Dias Correa, Paulo Brossard e Saulo Ramos. Tivemos muita ajuda do ministro Oscar Dias Correa e acho que ele foi o que mais entendeu a dimensão do nosso problema. Destaco também o ministro Paulo Brossard, que presidiu com categoria e respeito as cerimônias em homenagem aos 150 anos do Arquivo Nacional, uma instituição criada no Império. Eles ajudaram e procuraram entender qual o problema e procuraram colocar a função de ministro para ajudar o Arquivo Nacional.

Já estávamos no final do governo Sarney, quando fui apresentar o projeto de lei ao ministro Saulo Ramos, para ser encaminhado pelo Executivo, e ele disse que não podia fazê-lo, antes de passar pelo Ministério da Justiça. Como o projeto já havia ido e voltado umas três ou quatro vezes e nunca saía do Ministério da Justiça, e eu já sabia que estava saindo do Arquivo Nacional, achava que essa questão da lei deveria ser pelo menos encaminhada para uma outra instância. O objetivo deste encaminhamento do Executivo para o Legislativo era para o projeto de lei ser discutido, para ser até rejeitado ou aceito pela sociedade. Mas quando o ministro me deu a ordem para entregar à Secretaria de Assuntos Legislativos, o nome poderia ser mais ou menos esse, eu não o obedeci. Atravessei a rua, fui ao Congresso e entreguei o projeto na mão do deputado Horácio Ferraz. Redigi uma nova exposição de motivos, porque não era mais um encaminhamento do Executivo, pois partia de um deputado, fiz o arrazoado e fui rezar.

Eu não poderia fazer mais nada. Passado um tempo, eu já estava como diretora da Fundação Getúlio Vargas, quando um dia me telefonaram, provavelmente do próprio Arquivo Nacional, para me avisarem que o presidente Fernando Collor havia assinado a lei. E eu fiquei muito feliz.

Acervo. *Uma coisa interessante que, dizem, indica se a lei pegou ou não pegou, é quando ela passa a ser referida por um nome, no caso Lei de Arquivos. As leis mais relevantes, não que não tenham problemas, são referidas por um nome e não pelo número.*

Celina Vargas. Toda lei pode ser modificada. As Constituições são modificadas de acordo com os momentos econômicos, sociais e políticos do país.

Acervo. *A Constituição coloca determinadas preocupações com relação aos documentos do país. Como você acha que foi isso?*

Celina Vargas. Foram os novos tempos de abertura que chegaram ao Brasil e a Constituição foi um marco importante deste momento. No último momento fui procurar o deputado Paulo Alberto Monteiro de Barros, mais conhecido como Arthur da Távola, para me certificar que a posição do Arquivo Nacional estava contemplada. As pessoas estavam sensíveis ao tema da abertura política e o acesso à informação fazia parte desta questão importante para o nosso país.

Acervo. *Muitos instrumentos legais relacionados a arquivos vão sair da Constituição. O habeas data, por exemplo. A própria Lei de Acesso à Informação.*

Celina Vargas. Muita coisa presente nela saiu das discussões daqui. Acho que foi o Aurélio que trouxe isso, que tinha uma preocupação com o cidadão. A minha preocupação era muito mais o Estado.

Acervo. *Há toda uma preocupação na lei, da ação do Arquivo Nacional. Por outro lado, gerou problemas concretos com a autonomia de determinados arquivos. Deu problema com a questão do acesso aos arquivos privados de interesse público e social. Na realidade, a lei reflete diversas preocupações. Havia discussões em que se chegava a achar que seria quase a socialização dos arquivos privados e isso não podia ser; afinal, era uma sociedade capitalista. Por outro lado, era a possibilidade de tentar colocar esses documentos à disposição de todo o mundo. Independentemente de tudo, a lei sai da Câmara e vai para o Senado, sofre alterações, mas você percebe que as preocupações maiores estavam ali e passaram.*

Celina Vargas. O importante era que essa legislação passasse no Legislativo e registrasse um nível de preocupação sobre a documentação pública do país para que ela não fosse destruída, mas preservada, acessada, para a pesquisa e para a proteção do Estado e do cidadão. Eu entendi sempre assim. Tirar a lei de dentro do Ministério da Justiça e levar para o Legislativo foi um ato arriscado, mas, pelo menos, seria discutida por um número maior de pessoas que poderia concordar ou não e criticar ou não. E saiu daquele círculo fechado de funcionários que não tinham a dimensão da importância da legislação ou talvez tivessem, mas que não quisessem. Como não faziam parte do meu mundo...

Acervo. *A ideia de fazer gestão, de agir dentro da administração, presente no tempo do José Honório Rodrigues. Isso era um conceito novo na época, não era? As discussões sobre a gestão de uma maneira mais intensa têm lugar nessa época. Parte dessas ideias somente vai ser retomada na década de 1980.*

Celina Vargas. Este é sem dúvida um dos problemas que fazem parte do diagnóstico do Charles Kecskeméti, em 1980. O Brasil e a administração pública, em geral, tendem a acumular problemas e a não resolvê-los. Se não existissem tantos problemas acumulados, que pudessem ter sido resolvidos ao longo das últimas décadas, não estaríamos discutindo um problema diagnosticado em 1980. E pelo que vocês dizem, continua o problema de recolher documentos. O Brasil não gosta de lembrar que teve escravidão, que teve tortura, que tem documentos a recolher e que estes vão revelar nossos problemas. Mas é preciso conhecer, é preciso tratar e é preciso se transformar para que a democracia se consolide.

Acervo. *Embora, quando a gente fez o Guia de África, tenhamos constatado que havia ainda muita coisa preservada. Uma assistência técnica prestada ao Museu das Bandeiras constatou a existência de muitos livros de sisa que não haviam sido destruídos, que comprovavam a propriedade dos escravos.*

Celina Vargas. O reconhecimento da Fundação Ford. O Peter Fry é um antropólogo, sabia da importância disso. A Ford ajudou bastante. O Guia de África era um projeto impossível para o governo brasileiro. Mesmo na cerimônia em Brasília, Gilberto Gil começou a apresentar e, em seguida, as lágrimas começaram a escorrer.

Acervo. *Curiosamente, na década de 1980, muitos estrangeiros estavam presentes no Arquivo Nacional, mas o Arquivo Nacional também estava muito presente internacionalmente.*

Celina Vargas. Sim, o Arquivo Nacional estava muito presente. Não só eu como diretora, mas também os diretores e técnicos também estavam sempre presentes em reuniões, seminários e cursos. Para dar um exemplo, me lembro que a Ingrid Beck, diretora da área de preservação e restauração, fazia parte de uma comissão ligada a este assunto junto com os principais técnicos de arquivos nacionais do mundo. Era uma forma de participar, de conhecer e de aprender com os arquivos nacionais já consolidados.

Acervo. *Daquela época para agora, o hiato até não foi tão grande, porque algumas pessoas, em âmbito internacional, lembram e perguntam por pessoas daquela geração.*

Celina Vargas. O Arquivo Nacional se consolidou. Pode ter problemas a resolver, mas se consolidou. O último arquivo estadual a se modernizar parece que foi o de Alagoas, mas parece que vai muito bem agora.

Acervo. *A própria criação do Arquivo de Belo Horizonte vai ocorrer nessa época. A revista Acervo sai nessa época. O Arquivo Nacional publica uma série de manuais. O próprio livro dos 150 anos, apesar das dificuldades de recurso, o projeto gráfico... Com tantos problemas, a criatividade fazia usar até régua de trinta centímetros para marcar o espaçamento entre as estantes. A mudança foi feita sem interromper a consulta! No mesmo dia, saía de um lado e era consultada do outro.*

Celina Vargas. Vamos dizer que foi esta criatividade, esta preocupação com o servir ao público que a equipe do Arquivo Nacional tem, durante a gestão do Jaime Antunes. Foi isso que

chamou a atenção do ministro Pedro Parente, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e que possibilitou captar recursos e executar a reforma do seu prédio tombado. Foi o reconhecimento do ministro pelo trabalho e entusiasmo da equipe do Arquivo Nacional e os recursos financeiros que vieram das instituições públicas, com o objetivo de terminar o processo de modernização institucional, através da reforma arquitetônica deste prédio. Com esta etapa concluída, o Arquivo Nacional pôde, enfim, desenvolver a sua nobre função pública, a de recolher, guardar, preservar e dar acesso às informações produzidas pela Administração Pública Federal. A instituição levou muito tempo para concluir todas essas etapas, mas a gravidade da situação e as dificuldades encontradas num país como o Brasil, que não tem um processo administrativo estável, nos permite afirmar que conseguimos transformar o Arquivo Nacional numa instituição moderna e capaz de cumprir a sua função pública.

Entrevista realizada em 2 de outubro de 2013, na sede do Arquivo Nacional, por Vitor Manoel Marques da Fonseca e Silvia Ninita de Moura Estevão.